



Caderno de Provas

COM 01 – NS

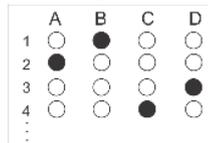
ADVOGADO

Editais Nº. 001/2022 – Maxaranguape/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem ao texto a seguir.

TEXTO

Quem tem medo da liberdade de expressão?

Alexandre Cruz

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão têm ganhado força na sociedade brasileira e, com a proximidade das eleições de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entrou no baile. Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

O Youtube, por exemplo, já filtra palavras que não podem ser ditas, podendo gerar a desmonetização de um vídeo ou, no limite, a sua exclusão da plataforma. O resultado, no final, é o surgimento de uma variedade de neologismos cifrados utilizados por *youtubers* para substituir as palavras indesejadas.

A perspectiva na qual palavras, ideias e opiniões devem ser censuradas pelo seu dano presumido não é nova. Além de ser utilizada levemente por grupos para cercear opiniões divergentes sem ter o trabalho de argumentar, tende a focar mais nos possíveis prejuízos do que nos benefícios de uma amplíssima liberdade de expressão para a sociedade em geral.

Entre a independência dos Estados Unidos e o fim da 1ª Guerra Mundial, por exemplo, diversos casos contestando os limites da liberdade de expressão e de imprensa tiveram curso em tribunais estaduais e na Suprema Corte daquele país. Neste período, como aponta o historiador Michael Curtis, prevaleceu no judiciário norte-americano a chamada "Doutrina da Tendência Ruim", onde opiniões consideradas com potencial para causar eventuais danos sociais deveriam ser suprimidas.

Na esteira dessa doutrina, obras que criticavam a escravidão, por exemplo, foram censuradas em diversas cortes de estados escravagistas sob o argumento de causar danos ao direito de propriedade. Coube a jornalistas, advogados, intelectuais e ativistas contestar essa doutrina e muitas vezes promover a circulação de obras abolicionistas ilegalmente. Ou seja, enquanto setores do judiciário norte-americano impunham uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, coube à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Ecos de uma concepção de liberdade de expressão mais ampla, de raiz popular, chegariam à Suprema Corte dos Estados Unidos apenas na década de 1920. Anos antes, Benjamin Gitlow, membro do Partido Socialista, foi processado pelo estado de Nova Iorque pelo crime de anarquia após ter publicado no periódico "The Revolutionary Age" o texto "The Left Wing Manifesto". Embora sua defesa tenha alegado que o artigo se tratava de uma análise histórica, não de uma incitação revolucionária, Gitlow foi considerado culpado pela corte estadual, tendo sua condenação confirmada pela maioria da Suprema Corte em 1925.

Porém, durante o julgamento, foi possível vislumbrar a penetração de uma concepção mais ampla da liberdade de expressão entre juízes da corte. Em um histórico voto dissidente, o juiz Oliver Wendell Holmes Jr. registraria que: "toda ideia é um incitamento. Ela se oferece para a crença e, se acreditada, é praticada a menos que outra crença a supere, ou a falta de empenho sufoque o movimento em seu nascimento. A única diferença entre a expressão de uma opinião e uma incitação, no sentido mais restrito, é o entusiasmo do orador pelo resultado".

No Brasil, também a liberdade de expressão e de imprensa foram uma conquista da sociedade civil após décadas de censura ao longo do século 20, não uma concessão da burocracia estatal. Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para fustigar o poder estabelecido em prol de mudanças sociais. Não podemos deixar que contextos políticos nublados nos façam esquecer disso. Os benefícios de uma ampla liberdade de expressão e de imprensa são maiores do que os malefícios de sua utilização para o cometimento de crimes (que devem ser punidos através do devido processo legal).

Aceitar a premissa de que uma ideia ou opinião deva ser censurada, talvez até por algoritmos, antes de alcançar o espaço público devido ao seu possível dano social ou eleitoral, sem crime determinado e comprovado, é lançar um bumerangue autoritário que mais cedo ou mais tarde voltará.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 14 set. 2022.

01. É objetivo principal do texto

- A) alertar sobre os malefícios do uso irrestrito da liberdade de expressão.
- B) comparar o uso da liberdade de expressão nos Estados Unidos e no Brasil.
- C) criticar o mau uso da liberdade de expressão nas redes sociais.
- D) defender a importância do uso da liberdade de expressão.

02. A organização textual revela a dominância da sequência

- A) argumentativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- B) argumentativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.
- C) narrativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- D) narrativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.

03. O elemento coesivo que inter-relaciona, por conexão, os **parágrafos 6 e 7** sinaliza

- A) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- B) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.
- C) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- D) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.

04. No **parágrafo 7**, há citação

- A) direta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- B) direta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- C) indireta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- D) indireta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.

05. Considere o período a seguir.

Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

Outra pontuação possível para esse período, em concordância com as orientações sintático-semânticas da língua portuguesa e preservando-se o sentido da informação, está representada em:

- A) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- B) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- C) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- D) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

06. Considere o trecho a seguir.

Ou seja, **enquanto** setores do judiciário norte-americano **impunham** uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, **coube** à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar que

- A) a primeira é uma conjunção que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- B) a primeira é uma conjunção que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.
- C) a primeira é uma preposição que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- D) a primeira é uma preposição que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.

07. Considere o trecho a seguir.

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão **têm** ganhado força na sociedade brasileira [...]

A forma verbal em destaque é assim grafada porque está

- A) no singular e concorda com “o advento das redes sociais”.
- B) no singular e concorda com “liberdade de expressão”.
- C) no plural e concorda com “debates”.
- D) no plural e concorda com “os limites da liberdade de expressão”.

08. Considere o trecho a seguir.

Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para **fustigar** o poder estabelecido em prol de mudanças sociais.

A palavra em destaque mantém relação de

- A) hiponímia com a palavra “afagar”.
- B) hiponímia com a palavra “provocar”.
- C) sinonímia com a palavra “afagar”.
- D) sinonímia com a palavra “provocar”.

09. O gênero discursivo que apresenta propósito comunicativo e estrutura que se aproximam do texto em foco é

- A) a crônica descritiva.
- B) a notícia.
- C) o artigo científico.
- D) o artigo de opinião.

10. Considere os trechos a seguir.

A

[...] aumenta-se perigosamente o **apoio à formulação** de uma espécie de "index prohibitorum" digital [...]

B

[...] **coube à sociedade civil** ampliar os seus limites na prática.

Sobre os segmentos em destaque, é correto afirmar:

- A) ambos ilustram casos de regência nominal.
- B) ambos ilustram casos de regência verbal.
- C) em **A** ilustra-se um caso de regência nominal e, em **B**, um caso de regência verbal.
- D) em **A** ilustra-se um caso de regência verbal e, em **B**, um caso de regência nominal.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. Analise as seguintes proposições:

- I. Todos os concurreseiros são inteligentes.
- II. Nenhum concurreseiro é inteligente.
- III. Algum concurreseiro não é inteligente.
- IV. Existem concurreseiros inteligentes.
- V. Não existem concurreseiros que são inteligentes.

Dadas as alternativas a seguir, a que associa corretamente uma proposição categórica com a sua negação, é:

- A) A negação da proposição I é a proposição III.
- B) A negação da proposição V é a proposição I.
- C) A negação da proposição II é a proposição IV.
- D) A negação da proposição III é a proposição V.

12. Considere que dois eventos, X e Y, são independentes. Se a probabilidade de X ocorrer é de 30% e a probabilidade de Y ocorrer é de 60%, então, a probabilidade de ocorrer $X \cup Y$ é de:

- A) 90%.
- B) 18%.
- C) 72%.
- D) 60%.

13. Quatro amigos estão em um bar em torno de uma mesa retangular. Bento mora na cidade de Maxaranguape e os outros três moram nas cidades de Pureza, Taipu e Extremoz. Tonho não mora em Pureza e está sentado à frente de Lipe. Lipe está sentado à direita de Bento. Nino está sentado à direita do morador de Taipu. Nessas condições, conclui-se que:

- A) Nino mora em Extremoz e Tonho mora em Taipu.
- B) Lipe mora em Pureza e Tonho mora em Extremoz.
- C) Nino mora em Pureza e Tonho mora em Taipu.
- D) Lipe mora em Taipu e Tonho mora em Extremoz.

14. Observe a sequência numérica a seguir:

6	10	20	24	48	52	A	B
---	----	----	----	----	----	---	---

Mantendo-se a regra da sequência, o valor de $A + B$ é igual a

- A) 156.
- B) 212.
- C) 160.
- D) 204.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

15. Se a casa não é vermelha, então o portão é azul. Se a casa é vermelha, então o telhado não é branco. Ora, o telhado é branco. Logo:
- A) A casa é vermelha e o portão é azul.
 - B) A casa é vermelha e o portão não é azul.
 - C) A casa não é vermelha e o portão é azul.
 - D) A casa não é vermelha e o portão não é azul.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ADVOGADO

16. De acordo com o texto constitucional, destacadamente de acordo com o artigo 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, compete aos Municípios:
- A) legislar sobre assuntos de interesse regional.
 - B) arrecadar os tributos, mesmo os que não são da sua competência.
 - C) suprimir distritos, observada a legislação estadual.
 - D) manter programas de educação infantil e de ensino médio.
17. Segundo o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A administração pública também deverá obedecer ao seguinte:
- A) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - B) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
 - C) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
 - D) a lei reservará percentual de dez por cento dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
18. Pela Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº. 4.657/1942, é correto afirmar que
- A) os Governos estrangeiros poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação.
 - B) à autoridade judiciária brasileira compete não exclusivamente conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
 - C) a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
 - D) mesmo não conhecendo a lei estrangeira, não poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.
19. A prescrição é um instituto previsto no Código Civil Brasileiro. Sobre os prazos da prescrição, é correto afirmar, com base no texto expresso do referido Código, que
- A) a prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
 - B) em um ano prescreve a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
 - C) a prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
 - D) em dois anos prescreve a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

- 20.** Considerando o contexto dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, é verdadeiro afirmar quanto aos embargos de divergência que
- A) será observado o procedimento estabelecido no código de ética do respectivo tribunal superior.
 - B) a interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça suspende o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.
 - C) cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração na totalidade de seus membros.
 - D) poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária.
- 21.** Quanto à remessa necessária, o que sujeita a sentença ao duplo grau de jurisdição, o Código de Processo Civil estabelece que
- A) não caberá somente quando a sentença estiver fundada em súmula do Supremo Tribunal Federal.
 - B) caberá para sentença que julgar improcedentes os embargos à execução fiscal.
 - C) caberá para sentença que proveito econômico obtido for menor que 2.000 (mil) salários-mínimos para a União.
 - D) não caberá quando a sentença estiver fundada em súmula de tribunal superior.
- 22.** A Lei Federal nº. 6.830/1980, a qual dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, rege a execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias. Segundo tal lei, é correto afirmar que
- A) a Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
 - B) a Dívida Ativa da União será apurada e inscrita subsidiariamente na Procuradoria da Fazenda Municipal.
 - C) a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
 - D) a Dívida Ativa, mesmo que regularmente inscrita, não goza da presunção de certeza e liquidez.
- 23.** Nos termos do Código Tributário Nacional, a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Assim sendo, assinale a alternativa correta sobre a obrigação tributária e o fato gerador.
- A) Fato gerador da obrigação acessória é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - B) A obrigação acessória, mesmo que pelo simples fato da sua inobservância, não se converte em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
 - C) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
 - D) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

- 24.** A Lei Federal nº. 11.107/2005 dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. No contexto de tal lei, é verdadeiro afirmar que
- A) a União poderá participar de consórcios públicos em que também não façam parte os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
 - B) o consórcio público constituirá associação privada ou pessoa jurídica de direito público.
 - C) o consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dispensa a prévia subscrição de protocolo de intenções.
 - D) a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- 25.** O Decreto nº. 6.017/2007 regulamenta a Lei Federal nº. 11.107/2005, trazendo normas para sua execução. Segundo tal Decreto, é correto afirmar que o contrato de rateio é o
- A) contrato preliminar que, ratificado pelos entes da Federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público.
 - B) pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles;
 - C) contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público.
 - D) instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa.
- 26.** A Lei Orgânica do Município de Maxaranguape/RN dispõe que o município é pessoa jurídica de direito público interno, com base na sua autonomia política, administrativa, legislativa e financeira, sendo regido pela referida Lei Orgânica, discutida, votada, aprovada e promulgada pela Câmara Municipal. De acordo com a Lei mencionada,
- A) são símbolos do Município: o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.
 - B) a instalação do Distrito se fará perante o Presidente da Câmara Federal, na sede distrital.
 - C) cabe ao município suplementar as legislações federal e estadual, sem limitação, desde que assim seja a vontade do povo.
 - D) a Câmara Municipal reunir-se-á, anualmente, na sede do Município, no período de 15 de janeiro a 30 de junho e de 15 de agosto a 15 de dezembro.
- 27.** Consoante o artigo 36 da Lei Orgânica de Maxaranguape/RN, o processo legislativo municipal compreende a elaboração de
- A) emendas à Lei Orgânica, leis complementares e portarias.
 - B) emendas à Lei Orgânica, leis complementares e resoluções.
 - C) leis delegadas, leis ordinárias e leis suplementares.
 - D) decretos legislativos, leis complementares e decretos-lei.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

- 28.** Ainda sobre a Lei Orgânica de Maxaranguape/RN, assinale a alternativa que traz uma disposição verdadeira da lei.
- A) Os distritos Rio do Fogo, Punaú, Maracajaú, Pititinga, Zumbi, Dom Marcolino passam a categoria de povoado, na data da promulgação da Lei.
 - B) Nenhuma empresa, pública ou privada instalar-se-á no Município, ainda que com autorização da Câmara Municipal.
 - C) A lei instituirá a Assessoria Jurídica para os Poderes Executivo e Legislativo, e fixará os critérios relativos aos atuais exercentes de cargos, empregos ou funções jurídicas.
 - D) O repasse da previsão orçamentária, relativa às despesas da Câmara Municipal, será feito até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, através da instituição bancária que fizer o repasse do FPM para o erário municipal.
- 29.** A Lei Complementar Municipal nº. 03/2017, do Município de Maxaranguape/RN, dispõe sobre o Sistema Tributário do município, regulando toda a matéria tributária de competência municipal, determinando que são tributos municipais
- A) o IPTU, o ICMS e as taxas.
 - B) o IRPF, o ITBI e a contribuição de melhoria decorrente de obras públicas.
 - C) o IGF, o IPTU e a contribuição de melhoria decorrente de obras públicas.
 - D) o IPTU, o ITBI e as taxas.
- 30.** Sobre o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, o ISS, previsto no artigo 56 da Lei Complementar Municipal nº. 03/2017, é correto afirmar que
- A) a incidência do ISS depende da existência de estabelecimento fixo.
 - B) a incidência do ISS independe da existência de estabelecimento fixo.
 - C) o contribuinte do ISS é o tomador do serviço.
 - D) o contribuinte do ISS é o tomador do serviço ou o prestador do serviço.